

BOLETIM DA UJC E DO MUP-USP

EDIÇÃO Nº2 - OUTUBRO DE 2023, SP



“O jornal não é somente um propagandista e agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. Sobre esse último aspecto, pode-se comparar o jornal com a estrutura de andaimes que envolve o edifício em construção mas permite adivinhar seus traços, facilita os contatos entre os construtores, ajudando-lhes a subdividir o trabalho e a dar conta dos resultados gerais obtidos com o trabalho organizado. Por meio do jornal e com o jornal se formará uma organização permanente, que se ocupará não somente do trabalho local, mas também do trabalho geral sistemático, que ensinará a seus membros a acompanharem atentamente os acontecimentos políticos, a avaliar a importância e a influência de diversos estratos da população, a elaborar quais métodos permitem ao partido revolucionário exercer sua influência sobre os mesmos.”

Vladimir Lenin,

Estratégia e tática da hegemonia proletária.

Da tripulação à terceirização: burocracia a favor da destruição do serviço público

“[...] a terceirização, além de representar um sucateamento das atividades realizadas nestes navios e também da infraestrutura dos mesmos, é um risco à vida de qualquer pessoa que navegar num cruzeiro onde haja este tipo de gestão.”

página 02

O que os comunistas querem para o Movimento Estudantil?

“O DCE, CAs e Grêmios precisam ser entidades democráticas e combativas, instrumentos de um contrapoder de estudantes e trabalhadores na universidade para derrubar o poder da burguesia. Nós da UJC, enquanto gestão do DCE, achamos fundamental construir essa ocupação, legitimar a última assembleia estudantil e tornar transparente os debates sobre o ME. [...]”

página 03

Mobilizações nos interiores

“As pautas que motivaram a greve, como permanência e contratação, são problemas que encontramos em níveis diferentes em todos os campus da USP. [...] Nesse sentido, a greve pode ser muito bem observada na capital, mas essa matéria tem o objetivo de informar e fazer balanço, a partir da construção de militantes comunistas, de como esse desenrolar se deu nos interiores.”

página 05

Adesão da UJC-USP à Reconstrução Revolucionária do Partido Comunista Brasileiro - PCB RR

“Somos a favor da Reconstrução Revolucionária do PCB, da construção de uma ferramenta eficiente e capaz de dar consecução à tarefas para a realização da Revolução Brasileira. Vemos que a construção deste espaço é essencial para organizar a polêmica e para dar importantes passos rumo a reorganização partidária, a coesão de todo o complexo, de forma a não ficarmos mais isolados, para avançarmos na Reconstrução Revolucionária do PCB.”

página 08

**ORGANIZE-SE
COM A UJC!**

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe1hVgbof_jBoktQ1_DrmuqgEUNtZdKyAulinV5wx9H9DO4Hw/viewform



DA TRIPULAÇÃO À TERCEIRIZAÇÃO:

burocracia a favor da destruição do serviço público

Nota sobre a questão do IO

Em maio de 2023, observamos uma paralisação no instituto oceanográfico da USP, motivado pelo cancelamento sumário dos contratos de trabalho da tripulação dos navios de pesquisa Alpha Delphini e Alpha Crucis. Aqui vale notar o discurso infundado, repetido tanto pela reitoria quanto pela diretoria do instituto, de que os 30 trabalhadores são terceirizados. Ora, além de ser uma tripulação com no mínimo 10 anos de experiência com trabalhos embarcados nestes navios, todos apresentam documentos comprobatórios, tais como carteira de trabalho assinada pela universidade, número USP funcional de servidor, holerites e folhas de pagamento da universidade. Apesar da mobilização ter barrado o cancelamento do contrato e, consequentemente com a judicialização do caso, termos o início de uma negociação entre a reitoria, o sindicato dos trabalhadores da USP (SINTUSP) e a tripulação, observamos no início de Setembro de 2023 a contratação de uma empresa terceirizada com menos de 3 anos de experiência profissional (Brasil Atlântico), cujo dono é amigo pessoal do diretor do Instituto, para gestão dessas duas embarcações, implicando, então, na demissão de toda a tripulação e substituição por duas tripulações recém-contratadas.

Tripulantes e SINTUSP com faixa contra as demissões sumárias dos trabalhadores do IO, em outubro de 2023



Começamos que a terceirização, além de representar um sucateamento das atividades realizadas nestes navios e também da infraestrutura dos mesmos, é um risco à vida de qualquer pessoa que navegar num cruzeiro onde haja este tipo de gestão. Pois, além da alienação da tripulação em relação ao navio, que sendo terceirizada será girada periodicamente, não haverá qualquer garantia de um protocolo de segurança com uma base forte na experiência de trabalho em alto mar formada ao longo de anos, uma vez que um marinheiro demora meses ou mesmo anos para conhecer o navio em que trabalha a fio, além de saber lidar com problemas em alto mar que, sem o devido preparo ou experiência, possam ser fatais em casos extremos.

Observando os trâmites das negociações que ocorrem na reitoria, nota-se uma presença muito forte de um discurso contra a regularização do contrato de trabalho de toda a tripulação, este sendo um dos motivos principais da entrada do corpo discente do Instituto Oceanográfico da USP na greve geral iniciada em 21 de Setembro de 2023. Além do discurso de irregularidades na contratação e a falta de resposta da reitoria e da diretoria quanto aos pedidos de negociação para que ao menos paguem os direitos trabalhistas destes marinheiros, percebe-se uma falta de vontade política da universidade de efetivar esses contratos. Além da irresponsabilidade da USP com seu próprio patrimônio e seus trabalhadores, essa ação, no mínimo cruel, já levou vários tripulantes a adoecerem e se afastarem do trabalho. Para termos noção, a universidade não paga salários e nem os direitos trabalhistas tais como INSS e FGTS desde Setembro de 2022!

Na parte judicial, em conversa com o SINTUSP e seu advogado, encontramos uma lei que também quebra este argumento. Segundo o artigo 55 da lei 9784/99, que diz “em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração”, qualquer tipo de prova da efetividade e eficácia da tripulação mostra que a regularização do contrato e, consequentemente, reconhecimento do vínculo trabalhista dos marinheiros com a USP, é a única forma cabível de lidar com o problema dos contratos. E tais provas também existem, a exemplo do comentário do próprio corpo discente em momentos anteriores sobre a alta capacitação da tripulação e a excelência

de seu serviço em alto mar. Não só isso como inúmeros prêmios por expedições de todo tipo, inclusive até mesmo uma das primeiras expedições de pesquisa da América Latina à Antártica no navio de pesquisa professor Wladimir Besnard. Aliás, este último fora doado pela USP para se tornar um navio-museu ou um recipiente de coral artificial, visando servir como espaço de turismo e difusão científica, contudo, após anos esquecido atracado ao porto de Santos, foi determinado pela justiça o desmanche e desova de suas partes - tal decisão é simbólica da burocracia universitária e irresponsabilidade administrativa de décadas de direção do Instituto Oceanográfico.

E quando temos a posição da diretoria do IOUSP e seu corpo docente, é majoritariamente o mesmo discurso da reitoria e ainda comentários difamatórios por parte de professores com projetos milionários para cima da tripulação. Oras, a mesma tripulação, elogiadíssima pelo seu trabalho e suas contribuições em alto mar além da relação de confiança fortíssima criada a sangue, suor e chuva, com inúmeros prêmios pelas embarcações e e-mails com inúmeros agradecimentos e elogios, agora vai ser descartada por conta de um projeto privatista que já sucateia a oceanografia e agora nos condena a uma incerteza se conseguiremos terminar nossas pesquisas com vida e segurança? Iremos abandonar uma relação de confiança em alto mar por conta de um processo burocrático que, além de não se sustentar pelas provas materiais, já existe uma lei que aponta para a regularização da tripulação dentro do problema burocrático apontado?

Por fim, após todas as provas materiais de sua ligação trabalhista com a Universidade de São Paulo e da eficiência de seu serviço em alto mar, é inaceitável qualquer processo que os afaste dos navios de pesquisa e coloque em seu lugar o serviço de uma empresa cujo conhecimento das embarcações é pífio, quase nulo, numa decisão sustentada por uma burocracia vazia e mantida por quase 40 anos em casos específicos. **A Universidade deve buscar as soluções que prezem pelo elevado desempenho científico-acadêmico de suas funções ao mesmo passo que preza pelo bem-estar de seus pares, não aceitando qualquer projeto em prol de ganhos egoístas de diretorias e reitorias. Às tripulações dos Alpha Delphini e Alpha Crucis, nossa solidariedade e união nesta luta contra a privatização da oceanografia!**

O QUE OS COMUNISTAS QUEREM PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL?

Para além da “unidade” vazia e da performance “revolucionária”, por entidades democráticas e combativas rumo à construção da Universidade Popular!

No dia 26/10, seguindo o calendário aprovado na Assembleia Geral anterior (18/10), ocorreria uma nova Assembleia Geral da USP. Um dia antes, a Reitoria, através da Pró-Reitoria de Graduação, lançou uma circular que prevê a frequência máxima de 68% para cursos que paralisaram durante 6 semanas. Considerando que 70% é o mínimo de frequência necessária, esses estudantes estariam todos reprovados, quase 3 mil seriam jubilados e bolsistas perderiam seus benefícios. A reitoria assim desrespeitou dois de seus compromissos assinados na mesa de negociação da greve: a não punição de nenhum estudante grevista e a elaboração de um novo calendário acadêmico com a participação estudantil. Frente a esse cenário, um grupo de estudantes decidiu ocupar o Bloco K no dia 26/10 para pressionar a revogação da circular, numa ação legítima em meio a um movimento grevista enfraquecido.

Para proteger a ocupação de repressões e dar visibilidade para que mais estudantes a construíssem, foi pedido DCE realizar a Assembleia Geral em frente ao Bloco K, e não em frente à reitoria. Nossos companheiros da gestão do DCE, Juntos! e Correnteza, propuseram primeiro mudar o local para a FFLCH, com o qual não concordamos. Por causa disso, depois, propuseram o cancelamento da Assembleia - e até mesmo divulgaram, à revelia de nossa posi-

ção - para realizar um ato em frente ao Bloco K. A justificativa era evitar a repressão que a Assembleia poderia engatilhar. Porém, um ato político não poderia ter o mesmo resultado? No fim, suas preocupações eram outras: o medo dos rumos da direção do movimento grevista, e que por isso nos levasse à mesma derrota da greve de 2017. **Assim, sua resposta foi ausentar-se da disputa em assembleia e abandonar as bases estudantis presentes, ignorando o papel do DCE em escutar e representar os estudantes.** Nesse sentido, decidimos compor e manter a Assembleia já convocada, com um diretor nosso do DCE na mesa, legitimando o espaço.

Durante a Assembleia, Juntos!, Correnteza, Afronte, RUA e JCA postaram uma carta em que fazem uma crítica ao que aconteceu e aos setores que a compuseram, chamando-os de “sectários” e apostando numa **unidade abstrata**. Mas que unidade é essa que queria manter a assembleia na FFLCH ignorando a ocupação dos estudantes? Que unidade é essa que se dá completamente afastada dos quase 500 estudantes que estiveram na última assembleia? Que unidade é essa que não ajuda na construção de uma ocupação legítima dos estudantes? A “unidade” apresentada na carta não significa nada na prática, pois não tem nenhum objetivo político claro e nenhuma tática definida. **É uma unidade que se furta da realidade, do movimento real** que, naquele momento, se colocava na ocupação do Bloco K, não na FFLCH.

Outro ponto fundamental é entender as linhas em disputa e o seu movimento. **A indignação dos estudantes é legítima e, ao invés de demonizá-la, precisamos ouvir e atender suas angústias com firmeza em nossa linha.** Na conjuntura em que estamos, a falta de compreensão disso abriu margem para o discurso anti-entidades crescer em alguns setores. Assim, a tarefa das forças do ME é apresentar com clareza a defesa da **legitimidade das entidades** como ferramenta de luta dos estudantes, **sem se abster dos espaços**. É preciso termos **solidariedade de classe e não abandonar estudantes dispostos a lutar**. Uma tática mais radicalizada como a ocupação precisa ser reconhecida pelos diversos setores do ME diante do fato político colocado. Seu objetivo político é claro, pois responde a uma medida reacionária da reitoria, de perseguição ao direito de organização e à permanência estudantil, mesmo num momento claro de fim da greve. Há um objetivo político concreto que trabalha para **levar a luta pela Universidade Popular às últimas consequências**, coisa que muitos não estão dispostos a construir no dia a dia.

Por outro lado, é inegável que, apesar da ocupação em si jamais ter pautado organizadamente um discurso anti-entidades, há quem individualmente instrumentalize essa radicalização de maneira oportunista de modo a propagar uma **linha de deslegitimação das entidades estudantis**. É preciso apontar as críticas de forma honesta e não deixar que uma linha rebaixada tome conta de momentos centrais para o ME e que as entidades sejam reconhecidas como ferramentas de luta dos estudantes. No que pese a forma pouco massificada que foi construída a ocupação é **necessário, enquanto comunistas e membros do DCE, reconhecermos a legitimidade da tática**.

O DCE, CAs e Grêmios precisam ser entidades democráticas e combativas, instrumentos de um contrapoder de estudantes e trabalhadores na universidade para derrubar o poder da burguesia. Nós da UJC, enquanto gestão do DCE, achamos fundamental construir essa ocupação, legitimar a última assembleia estudantil e tornar

transparente os debates sobre o ME. Esse é o momento de não nos ausentarmos da disputa em nome de uma unidade abstrata que nada faz na realidade, que não aponta os próximos passos, e nem por um discurso que apenas simula uma radicalidade de forma inconsequente. É preciso que o DCE lute de fato como entidade combativa junto de suas bases. Isso é condição para elevarmos nossa capacidade organizativa e a consciência estudantil na USP, através de nossas entidades, visando a construção da Universidade Popular e a tomada do poder.

**FINANCIE A
JUVENTUDE
COMUNISTA
DA USP**



pix: pagodeirosuspianos@gmail.com

Por isso, defendemos:

1. **PELA LEGITIMIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS! POR ENTIDADES VERDADEIRAMENTE REPRESENTATIVAS QUE CRIEM FERRAMENTAS PARA POSSIBILITAR DEBATES E SÍNTESES POR PARTE DOS ESTUDANTES.**
2. **SEM CUPULISMO NO ME, POR PROCESSOS CONSTRUÍDOS PELA BASE!**
3. **PELA LEGITIMIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL ESTUDANTIL DE 26/10 E SEUS ENCAMINHAMENTOS.**
4. **PELA REVOGAÇÃO TOTAL DA CIRCULAR DA REITORIA! PELO DIREITO DE GREVE E PELA NÃO PUNIÇÃO DE NENHUM ESTUDANTE GREVISTA!**
5. **APESAR DAS CRÍTICAS E LIMITES DA TÁTICA NESSE CONTEXTO, DEVEMOS PRESTAR TOTAL SOLIDARIEDADE À OCUPAÇÃO!**
6. **POR UMA UNIDADE DE AÇÃO HONESTA E CONCRETA COM AS BASES ESTUDANTIS, QUE CONSTRUA OS RUMOS DO MOVIMENTO COLETIVAMENTE!**



As pautas que motivaram a greve, como permanência e contratação, são problemas que encontramos em níveis diferentes em todos os campus da USP. Esse cenário mostra a situação da nossa universidade, inserida em um projeto de sucateamento das universidades públicas paulistas, advento da intensificação da luta de classes dentro da universidade, com mais filhos da classe trabalhadora dentro da universidade essa se torna cada vez menos atrativa para a burguesia.

Sabemos da diversidade dos campus da USP em diversos aspectos, não só o geográfico, mas o cultural, de infraestrutura, investimento e até mesmo a ideologia dominante do local e as lutas do movimento estudantil. Nesse sentido, a greve pode ser muito bem observada na capital, mas essa matéria tem o objetivo de informar e fazer balanço, a partir da construção de militantes comunistas, de como esse desenrolar se deu nos interiores.

SÃO CARLOS

Após a Assembleia Geral, que trouxe para o dia 21 de setembro o indicativo de greve, o CAASO começou a mobilizar os estudantes para fazer movimentações que se somassem às movimentações que aconteceriam na capital e nos outros campi. Para tal, foi marcado uma assembleia do CAASO para que a comunidade discente pudesse participar e entender o momento que o campus estava, porém esta assembleia foi extremamente esvaziada e optou-se por uma mobilização que agitasse em torno das pautas gerais da USP e locais do campus. Essa mobilização atingiu uma pequena porcentagem de alunos, mas seu balanço não foi muito positivo.

Entretanto, na mesma semana, aconteceu o incidente na FFLCH (onde o diretor de maneira reacionária ordenou que a guarda universitária fechasse os prédios da FFLCH) onde adiantou a greve conjunta da USP. Isso fez com que os estudantes do campus comessem a se mobilizar independentemente e, o CAASO, agitou esses estudantes para

participar da assembleia junto às secretarias acadêmicas. A assembleia contou com mais de 600 estudantes, o que equivale a um pouco mais de 10% do corpo discente. De imediato foi deliberada a paralisação para o dia seguinte, que conseguiu mobilizar muitos alunos (mais de mil). Estiveram mobilizados para realizar as diversas tarefas que a paralisação necessitou, porém alunos fura greve e alguns professores se empenharam para despiquear as salas e fazer as aulas acontecerem. Independente dos tensionamentos, a paralisação continuou e conseguiu manter os piquetes até o fim do dia. No final do dia, ocorreu uma Plenária que debateu um balanço das atividades do dia e foi convocada uma assembleia para a terça seguinte.

Antes da assembleia do dia 17/10, ocorreu uma conversa entre os co-diretores da autogestão do Alojamento e dos diretores do CAASO junto ao prefeito do campus e dos diretores dos institutos. Nela, uma parte das reivindicações que foram demandadas pelo corpo estudantil foram escutadas e que poderiam ser atendidas. Na assembleia, a diretoria do CAASO fez o repasse de quais reivindicações poderiam ser atendidas, porém alertou que isso só foi possível com a mobilização estudantil. Nesta assembleia diferente da última ocorrida, que teve um caráter agitado, se procurou dar um repasse e mostrar próximos passos para manter o movimento estudantil duramente conseguido ativo. Também aconteceu muito tensionamento, por haver falas contra a greve que foram recebidas negativamente entre os presentes. O CAASO agora está mais mobilizado do que já foi em anos e, estará dando consequência política para a linha da universidade popular.



Registro da Assembleia de São Carlos do dia 10 de outubro de 2023

PIRACICABA

Em Piracicaba houve uma tentativa de construção de uma mobilização. Já era esperado, pelos próprios estudantes, que a greve não chegaria aqui. Principalmente pelo caráter de classe do campus, no geral filhos e filhas de latifundiários e que propagam a ideologia do agronegócio de forma intensiva.

A ESALQ tem um histórico de mobilizações pontuais de movimento estudantil que se dão em torno de pautas que não mantêm os estudantes mobilizados, nesse sentido a UJC por meio do DCE tem tentado fortalecer as entidades representativas, os CAs de curso e entidade geral local. Essas entidades estão enfraquecidas, na sua maioria, não tem membros orgânicos para seguir um trabalho crescente, alguns nem tem o número de pessoas suficiente para formar uma chapa, esse é o cenário que encontramos. Dessa forma, mesmo com a pauta econômica de contratação de professores sendo importante para o campus, que tem diversas debilidades, como departamentos que podem fechar por falta de docentes, falta de professores de extensão, questões ambientais, inovações tecnológicas, entre outros, não foi possível agitar para que ocorresse uma mobilização. A diretoria do campus chamou uma reunião com RDs e CAs para entender as demandas, mas a nosso ver foi mais uma forma de desmobilização, de uma mobilização que não existia ainda, do que diálogo para resolver os problemas já que todas as respostas eram na linha de "estamos fazendo o que podemos".

A orientação e encaminhamento que propomos no CCA dos cursos era de que os CAs chamassem assembleias de curso com pauta única de greve, muitos cursos seguiram e essas assembleias não tiveram

quórum para ser deliberativa e ficaram atadas a debater questões locais, sem conectar com a luta a nível USP ou mesmo a nível estadual, também reflexo da ideologia ESALQueana de "não ser USP". ***Continuamos na tentativa de fortalecer as entidades e informar os estudantes sobre o seu instrumento de luta e organização, a luta coletiva.***

RIBEIRÃO PRETO

Devido às movimentações que estavam acontecendo na FFLCH, que deram início a greve no campus do Butantã, foi marcado no dia 21 de Setembro uma assembleia geral dos três setores no campus, chamada pelo DCE, para discutir como o movimento se daria em Ribeirão Preto e como poderíamos aderir a esse movimento que acontecia na capital. Foi escrita uma carta, denunciando todos os problemas que estavam acontecendo no campus. Dentre eles a falta de 150 docentes, salários de funcionários da segurança atrasados, o problema da falta de circulares, a gestão autoritária da prefeita do campus, dentre outros. Ficou acordado entre as forças que seria lida essa carta e seria chamado um plebiscito para discutirmos isso com os três setores do campus nos próximos dias. A assembleia não mobilizou muitas pessoas, em torno de 50, um número ínfimo para a quantidade de mais de 10.000 estudantes de graduação e pós-graduação que estudam na USP Ribeirão. O clima é que não haveria grandes movimentações.

Entretanto, com o avançar da conjuntura na capital, alguns CA's começaram a convocar assembleias de curso na semana seguinte que possuíram um grande quorum, com salas e auditórios lotados. Dentre eles foram notáveis os números da Psicologia, Biologia, Pedagogia e a Assembleia Geral dos cursos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Até o fim dessa semana, tivemos quase todos os 24 cursos convocando pelo menos alguns dias de paralisação. Cursos que historicamente não participam das movimentações, como os da FEARP, ou das Exatas, aderiram às paralisações. Apesar disso, é importante ressaltar que a greve em Ribeirão teve um desenvolvimento muito desigual, com cursos do campus (como a Biologia, Psicologia e Pedagogia) bem mais avançados que outros.

Das táticas adotadas pelos estudantes, uma delas foram as ocupações acontecendo tanto no bloco da Faculdade de Medicina (FMRP) e outra acontecendo na Prefeitura do Campus. A segunda foi bem sucedida, conseguindo reuniões com a prefeitura do campus e as diretorias dos institutos do campus, alcançando vitórias parciais com um documento que promete a resolução de problemas locais do campus. Alguns deles podemos citar o aumento da frota de circulares internos e o fornecimento de refeições aos finais de semanas no RU. Com a desocupação da Prefeitura, as movimentações em Ribeirão começaram a se encerrar. Embora com as vitórias parciais no campus, as paralisações em Ribeirão se deram muito mais em relação a problemas locais (que também, mas não só se relacionam com o mote de contratação de professores) do que um apoio ao que acontecia na capital em si.



Ocupação na Prefeitura do campus de Ribeirão Preto

ADESÃO DA UJC-USP À RECONSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB RR

Somos parte constituinte da organização partidária na juventude e acreditamos que deve haver um movimento contínuo de troca mútua de orientações entre as direções do partido e dos demais organismos, para socialização de acúmulos, e assim, avançar a estratégia da revolução brasileira em todos os âmbitos específicos da luta de classes em que atuamos. Cada militante deve poder ver sua contribuição política, em qualquer âmbito da luta de classes, reconhecida e a especialização de nosso trabalho deve garantir a possibilidade de unirmos, na diversidade, uma ampla política revolucionária, contemplando as divergências necessárias sem desorganizar a unidade de ação.

Contudo, vemos que esse movimento não acontece, fazendo com que haja uma setorização de nossa atuação de forma local e com recortes de temas políticos. Dessa forma, apenas os coletivos partidários formulam sobre a questão de opressões, cada uma delas de forma isolada, e não avançamos sobre cada um dos temas de maneira coesa em todo o complexo. Como um exemplo, temos um dos problemas ainda não respondido: Por que o camarada Eduardo Serra defendeu um programa de política de segurança pública tão contrária às formulações do Coletivo Negro Minervino de Oliveira?

Sem esses espaços de democracia interna muito se perde. E quem perde são os trabalhadores brasileiros que vêem a revolução sendo adiada pela falta de organização de sua vanguarda, que deveria liderar nossos avanços e frentes de batalha. Assim, percebemos grandes vácuos, ausências: cadê uma mobilização unificada e consequente contra o arcabouço fiscal e o marco temporal? Cadê a construção de uma oposição consequente ao governo do PT e sua frente amplíssima? Não se pode resumir nossa atuação a apenas notas políticas com análises de conjuntura, precisamos de algo mais concreto e a direção do partido deve se responsabilizar por isso, é papel do CC deliberar encaminhamentos concretos para o trabalho de todo o complexo partidário e trabalhar para garantir a execução destes.

Devemos abandonar o pânico legalista pedindo pela prisão de Bolsonaro - que simula um combate à burguesia para não realiza-lo de fato. Vemos que quem hoje organiza o encarceramento em massa, os ataques aos direitos dos trabalhadores e o rebaixamento ideológico e político das massas trabalhadoras brasileiras é o governo Lula, como o fez em todos os mandatos petistas. Porém, ainda não estabelecemos uma posição clara e definida de oposição ao governo burguês de Lula, nem o Comitê Central se pronunciou apontando qualquer tática geral para esse enfrentamento, realizando apenas leituras de conjuntura e apontando para uma “mobilização” em abstrato. Nossa intervenção contra esse governo se definiu em uma mal organizada participação em poucos atos de rua minoritários, sem grande perspectiva de continuidade e sem definir com clareza palavras de ordem que apresentem os caminhos de luta para os trabalhadores.

Outras ausências são sentidas que podem ser resumidas na nossa falta de profissionalização. São sentidas pelo organismo de base quando debatemos finanças e perguntamos que acúmulos temos para melhor direcionar o debate e não há respostas. São sentidas também na falta de profissionalização de nosso jornal, que pouco publica sobre as experiências da luta de classes pelo Brasil, se voltando a textos desconexos e frequentemente com tom acadêmico, sem apresentar palavras de ordem concreta ou a denúncia das opressões sofridas. Enquanto o novo Teto de Gastos e o Marco Temporal eram pautas centrais na luta de classes, o jornal publicou uma vergonhosa capa de “solidariedade” à Sofia Manzano, que sofrera ataques virtuais, pauta que foi massivamente divulgada, às custas



uma intervenção política incisiva sobre os temas centrais da luta de classes.

Essas ausências, no passado, poderiam ser pensadas enquanto incapacidade organizativa ou incompetência honesta somente. Contudo, sob luz dos atuais acontecimentos, é preciso tomar conclusões diferentes. Vimos nossas direções, os camaradas Edmilson Costa e Eduardo Serra irem contra às resoluções do XVI Congresso do PCB ao participarem da Plataforma Mundial Anti Imperialista e nada acontecer, defendendo posições anti-leninistas nos espaços, já que a leitura de Imperialismo defendida pela PMAI assim o é. Vimos as perseguições políticas tomarem conta de nosso cenário político, primeiro com o camarada Leonardo Godim, depois com os camaradas Jones Manoel, Gustavo Gaiofato, Gabriel Landi, Gabriel Lazzari, Ana Karen, Ivan Pinheiro e tantos outros, reiteradas pela circular 26/2023 que instituiu uma perseguição generalizada a todos que possuam alguma divergência e que a tenham deixado pública. Reivindicamos a reintegração dos camaradas aos seus organismos e a paralisação de qualquer processo disciplinar que esteja ocorrendo sobre a exposição de críticas ao partido sobre a participação na PMAI e questões que daí decorreram, inclusive o falso “fracionismo” aventada contra militantes que “ousaram” divergir da Fração que domina o Comitê Central.

Não se pode mais olhar esse cenário e não perceber o problema político enfrentado. Discordamos e criticamos com ardor os boicotes da nossa atuação política de norte a sul do país. Os boicotes às nossas resoluções, a seletividade do seguimento dessas. Criticamos a falta da organização da polêmica, da democracia interna, que colocam um véu turvo sobre as reais divergências impostas, que subestimam as bases do complexo partidário. Esse boicote é intencional, feito por uma fração que controla as instâncias executivas do partido (CPN/CPR) e se favorece da falta de clareza, se atendo a forma do debate e não ao conteúdo político de cada uma das críticas, impossibilitando que reais autocríticas sejam feitas pelas direções. É nas sombras que o oportunismo cresce e se encastela, só com a polêmica, com a democracia interna bem estruturada, que podemos combatê-lo.

No âmbito dessas perseguições, afirmamos que reconhecemos a completa legitimidade das direções eleitas no IX Congresso da UJC (CR/SP e CN) e não reconheceremos qualquer tentativa de destituição ou expulsão de seus membros e de suas direções executivas (Secretariado e CEN).

Frente a tudo isso, acreditamos ainda na possibilidade de pacificar as relações e manter a unidade no Complexo Partidário, a partir de um caminho certo e necessário: a realização de um XVII Congresso Extraordinário do PCB, com a participação integral da juventude do partido, a UJC, e de todos os coletivos partidários no processo. Assim, caminharíamos para uma síntese, clareza e disputa aberta de nossos problemas, forjando a ferro e fogo a unidade da juventude, dos coletivos e do Partido nas discussões abertas e afastadas das sombras dos PDs e da perseguição.

Somos a favor da Reconstrução Revolucionária do PCB, da construção de uma ferramenta eficiente e capaz de dar consecução à tarefas para a realização da Revolução Brasileira. Vemos que a construção deste espaço é essencial para organizar a polêmica e para dar importantes passos rumo a reorganização partidária, a coesão de todo o complexo, de forma a não ficarmos mais isolados, para avançarmos na Reconstrução Revolucionária do PCB.



Gostou do conteúdo, quer ler mais e compartilhar? Acesse nosso site pelo QR Code ao lado e tenha acesso aos textos online, além de acompanhar nossas futuras atividades!

